

“Dignos da admiração dos amigos de antiguidades”.

História e recepção da coleção egípcia do Museu Nacionalⁱ da UFRJ

André Onofre Limírio Chavesⁱⁱ

andreonofrelimirio@gmail.com

Resumo: Este trabalho se propõe a analisar a história da criação e recepção da coleção egípcia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Composta por estelas, múmias, esquifes, objetos funerários e objetos do cotidiano do Antigo Egito, no momento de sua aquisição a coleção foi alvo de debates públicos sobre a autenticidade de seus itens e acerca da sua importância para a instituição e para a nação brasileira. Com o tempo, contudo, verificou-se que a obtenção da coleção de antiguidades egípcias promoveu o reforço da missão dessa entidade museológica, idealizada como um espelho dos grandes museus europeus, que deveria acompanhar as tendências colecionistas das nações que melhor representavam os ideais de civilização. No século XIX, portanto, as antiguidades egípcias auxiliavam o Museu Nacional a cumprir a função de construir uma imagem que apagasse o ar incivilizado do Brasil, tornando-se o cartão postal da jovem nação no mundo científico.

Palavras-chaves: Museu Nacional; Coleção Egípcia; História das Coleções

Abstract: This paper proposes to analyze the history of the creation and reception of the Egyptian collection of the National Museum of the Federal University of Rio de Janeiro. Composed of steles, mummies, esquifes, funerary objects and daily objects from Ancient Egypt, at the time of its acquisition, the collection was the subject of public debates about the authenticity of its items and its importance to the Brazilian nation and institution. Over time, however, it was found that the Egyptian antiquities collection promoted the reinforcement of the mission of this museological entity, idealized as a mirror of the great European museums, which should accompany the collecting tendencies from the nations that best represented the ideals of civilization. In the nineteenth century, therefore, Egyptian antiquities helped the National Museum fulfill the role of constructing an image that would erase Brazil's uncivilized air, becoming the postcard of the young nation in the scientific world.

Keywords: National Museum; Egyptian Collection; History of Collections

Introdução

Há 192 anos, um comerciante italiano desembarcou no porto do Rio de Janeiro, trazendo consigo curiosos objetos de uma terra distante e ainda pouco conhecida dos brasileiros – o Egito. Nicolau Fiengo foi responsável por trazer, do Velho para o



Novo Mundo, uma grande quantidade elementos que comporiam a primeira coleção de antiguidades egípcias a ingressar no acervo de um museu da América Latina. A chegada de estelas, múmias, esquifes, peças funerárias e objetos do cotidiano do Antigo Egito provocou burburinho, à época, fazendo com que um grande número de pessoas fosse ver os pertences de Fiengo, desembarcados na alfândega carioca. Emitindo opiniões diversas sobre o que viam, muitos se maravilharam com as preciosidades de terras e tempos tão distantes. Mas, houve também aqueles que lançaram olhares céticos e de desaprovação para os invulgares “trapos” e “velharias”.

Pouco após sua chegada nos trópicos, as antiguidades egípcias do italiano foram adquiridas para integrar o acervo do antigo Museu Imperial (atual Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro), cujo núcleo inicial se encontrava em formação. A despeito da opinião dos críticos, desde a época de sua aquisição a coleção egípcia teve seu brilhantismo e relevância reconhecidos. Nos primeiros anos de funcionamento da instituição, seus diretores destacaram a importância daquelas antiguidades para ajustar o acervo do museu ao gosto das nações civilizadas.

Com efeito, no início do século XIX, os principais museus europeus haviam entrado em uma corrida desenfreada pela aquisição de antiguidades egípcias. À época, as principais nações europeias buscavam consolidar sua posição como poderosos impérios, demonstrando força militar, comercial e cultural. Construir grandes museus, recheá-los com despojos da cultura material de vários povos da Antiguidade e da contemporaneidade, e compará-los com suas próprias criações era um passo necessário para que uma nação assegurasse para si o *status* de civilizada.

O mesmo valia para o Brasil. A jovem nação, com sua recém conquistada independência, também precisava se mostrar como uma terra de gente culta. Ao ser inserida no acervo da nossa mais antiga instituição museal, a coleção de



antiguidades egípcias participou da construção da imagem do Império, sendo constantemente apropriada e ressignificada por discursos que renovavam a projeção da imagem de um Brasil culto.

Nos primeiros tempos após sua aquisição, os objetos da coleção egípcia foram tomados como exemplares representativos da cultura do mundo antigo. Seu colecionamento representava a garantia de que o Museu Imperial seguia à risca o modelo museal europeu, segundo o qual a representação de todas as grandes civilizações da Antiguidade por meio de sua cultura material era o pré-requisito necessário para fazê-lo figurar no *hall* das grandes instituições ocidentais. Naquele momento, a coleção permaneceu exposta na Seção de Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas, dirigida por Manoel Araújo Porto Alegre (1806-1879). O celebre pintor foi importantíssimo na garantia das condições necessárias à conservação e extroversão da coleção. Nos Relatórios Anuais do Museu Nacional, Porto Alegre deixava clara a relevância das peças para qualidade do trabalho da instituição e exigia constantes melhorias em sua exposição, de forma a garantir a melhor fruição pelos visitantes. Preocupava-o, também, a necessidade de prover salas maiores para que a coleção fosse exposta em sua totalidade e não apenas parcialmente.

Neste estudo será narrada a história da coleção egípcia, de sua chegada ao Brasil até o ano de 1860. Para além disso, é objetivo desse trabalho extrapolar os anos iniciais de sua aquisição, uma vez que grande parte das publicações sobre esse arranjo só ficaram nesse marco temporal. Desse modo, veremos como a respectiva coleção foi tratada ao longo do século XIX por Manoel Araújo Porto Alegre, sendo este um agente importante para a sua história, pois garantiu a salvaguarda e valorização dessa coleção.

“Gabinete de valor muito considerável”

Criado em 6 de junho de 1818, o Museu Nacional, como diversas outras

instituições culturais fundadas pela política cultural de D. João VI, serviu como instrumento para fundar uma nova imagem do Brasil, elevando a nova capital do Império Português à condição e semelhança das capitais das nações europeias. Com um acervo inicial bem tímido, o Museu contava uma coleção que abarcava todas as tipologias de acervos comuns às grandes coleções conhecidas: obras de arte, animais empalhados, minerais, moedas antigas e objetos etnográficos. Conseqüentemente, ele se apresentava como uma instituição mista, contendo elementos de uma entidade dedicada à pesquisa em História Natural, mas com forte presença de itens do mundo das artes. Esta forma de colecionismo era, de certa maneira, herança da tradição iluminista e criava um espaço enciclopédico que atendia às necessidades de instrução do momento.

Desde a sua criação e até a Independência do Brasil, em 1822, o Museu Nacional viveu certo grau de incerteza quanto ao seu destino e papel perante a sociedade brasileira. A partir da década de 30, os diretores que passaram pela instituição perceberam a necessidade de ordenar o funcionamento da instituição e sistematizar a organização de seus acervos. O museu passou por processos que visavam a enriquecer suas coleções, como a troca de coleções com instituições congêneres, sobretudo no sentido de reforçar a execução de sua missão principal: mostrar as potencialidades das riquezas naturais brasileiras, mas também, iniciar uma tradição cultural para o país, que acompanhasse os modismos europeus. Inicialmente, o Museu do Louvre e o Britânico foram as referências para a sua organização. As primeiras décadas do Museu faziam um diálogo com a presença de obras de artes e elementos da História Natural.

“Dou-te parte que fui à Alfândega mostrar as múmias à imperatriz” (ARQUIVO NACIONAL, 1974, p.107); em um trecho rápido e simples de uma carta endereçada à sua amante, Domitila de Castro, a Marquesa de Santos, o Imperador D. Pedro I revelou como ocorreu seu contato com as peças que constituiriam a primeira coleção egípcia no Brasil. Naquele 21 de julho de 1826, com sua esposa, a imperatriz D. Leopoldina, o monarca foi à alfândega carioca observar objetos que o



Jornal Astrea caracterizaria como “dignos da admiração dos amigos de antiguidades” (ASTREA, 1826, p. 63-64). O interesse do imperador e da imperatriz pelas novidades foi tamanho que, três anos depois, foi formalizada sua compra para o acervo do Museu Imperialⁱⁱⁱ.

A coleção recém-adquirida pelo Estado Imperial passou pouco tempo na alfândega. Com o interesse dos monarcas, após a visita, todo o acervo foi reunido e levado para o Museu Imperial. A presença da coleção na alfândega, em julho de 1826, é informada pelo Jornal Astrea e pela carta do Imperador. Já em setembro do mesmo ano, o crítico Basílio Ferreira Goulart escreveu uma crônica para o mesmo periódico, informando o seguinte: “Sr. Redator, parecia-me que a **loja do museu** se tinha convertido nas antigas catacumbas [...] **que de gente vai a ver!**” (CONSTITUCIONAL, 1826, p. 150). Portanto, estes trechos das matérias veiculadas pelos jornais cariocas nos dão a certeza de que, logo após a visita dos monarcas à alfândega e três anos antes da efetivação da compra, a coleção egípcia de Fiengo foi transferida para o Museu Nacional, onde foi exposta ao público. Ali, sua exibição atraiu grande quantidade expressiva de curiosos visitantes.

Até o século XIX, muitos brasileiros conheciam o Egito apenas como um lugar bíblico que serviu de refúgio para Jesus e seus pais. Havia sido ali, também, o local em que o povo hebreu foi escravizado, servindo de mão de obra para “tirânicos faraós”. Mas, desde o século XVI, a terra dos faraós encontrava-se fechada para os ocidentais. Não era de se admirar, portanto, que a Bíblia fosse a referência mais popular sobre o Egito. Não seria estranho, também, que ocorressem reações de desconfiança com relação à antiguidade e valor daqueles objetos, e que a credibilidade de Fiengo fosse contestada. É nesse contexto que, novamente, a figura de Basílio Ferreira Goulart é de extrema relevância para o estudo desta coleção.

Basílio Ferreira Goulart, mais conhecido pelo pseudônimo B.F.G. o Carioca Constitucional, escreveu uma extensa crítica sobre a coleção para o Jornal Astrea.

Publicado no dia 19 de setembro de 1826, o texto avaliava que a coleção exposta no Museu Imperial não passava de “embrulhos nojentos” e “trapos e farrapos embrulhados em cadáveres esmirrados”. A crítica torna possível perceber qual era concepção de bom gosto cultivada por aquele indivíduo, e como ele avaliava a qualidade artística das coisas, uma vez que Goulart atribuía maior relevância às pinturas de grandes artistas, acolhidas pelo Museu, que aos objetos egípcios.

O debate público sobre os objetos acirrou quando o jornal publicou uma resposta à crônica de Basílio. O comerciante de antiguidades Nicolau Fiengo, responsável pela chegada da coleção egípcia ao Brasil, logo escreveu para o Astrea, em defesa dos produtos que colocara à venda. Em tom defensivo, Fiengo argumentou diversas vezes em favor da autenticidade dos objetos. Também provocou o adversário, com certo deboche, afirmando a falta de conhecimento de Basílio, que via nos objetos indígenas brasileiros uma maior elaboração que naquelas antiguidades. Em seu favor, Fiengo disse: “não tenho nada a fazer senão carregar outra vez o que é meu e procurar outras terras onde o ouro tenha mais estimação do que a missanga” (FIENGO, 1826. p. 1-3), simultaneamente inflando o valor das antiguidades e inferiorizando a produção indígena. Além disto, ele criticou veementemente a falta de instrução e desinteresse que certos brasileiros possuíam em relação à coleção egípcia. O ataque de Basílio e a defesa de Fiengo fazem possível notar como a aquisição daqueles objetos provocou incertezas na população. Muitos duvidaram, mas outros se maravilharam, com a riqueza das curiosidades do Oriente.

Após esse primeiro momento de recepção, a coleção egípcia foi organizada no Museu Nacional, ressurgindo traços de sua disposição nos Relatórios Anuais da instituição. O registro inaugural da coleção na documentação do Museu Nacional ocorreu no primeiro inventário da instituição, feito no ano de 1838. Nele, o conjunto de peças foi registrado sob a categoria “objetos relativos às artes e costumes de diversos povos”. A coleção não foi descrita em sua totalidade: destacaram-se apenas suas principais peças, que seriam “cinco múmias de homens, três de animais, cinquenta e três ídolos, três ânforas, oito canopos, três vasos



lacrimatórios, duas lâmpadas sepulcrais, dois quadros e diferentes outros objetos com representações de animais, esculturas, hieroglíficos” (MUSEU NACIONAL, 1838, fl 145). A constatação de que a coleção não foi descrita em sua integralidade se dá pela leitura de outro inventário, produzido dez anos depois, com grandes quantidades de peças ausentes no arrolamento anterior. Tudo indica, no entanto, que estas peças fizessem parte do lote inicial de Nicolau Fiengo. É interessante notar que, nesse momento, o Museu já possuía antiguidades romanas e gregas que não chegaram a ser descritas no primeiro inventário, indicando se tratar de uma listagem incompleta.

A coleção egípcia, assim que chegou ao Museu, foi imbuída de significados. Inserida naquela categoria, ela foi definida como representante mais antigo da cultura material da civilização egípcia e situada em um rol de antiguidades, junto às europeias e às mexicanas. Naquele conjunto, algumas antiguidades romanas e gregas haviam sido as primeiras peças do gênero a entrarem para o acervo, doadas por D. João VI, e por isto deveriam constar no primeiro inventário da instituição. As peças inaugurais em questão eram duas chaves romanas e um “pé de mármore com alparcata grega” (NETTO, 1870, p. 22).

Como forma de modernizar a instituição, em 1842 foi criado seu primeiro regulamento interno, que visava a dar “ao Museu Nacional uma organização acomodada à melhor classificação e conservação dos objetos” (MUSEU NACIONAL, 1842, fl. 4). O museu e seu acervo foram divididos em quatro seções: Anatomia comparada e Zoologia; Botânica; Agricultura e Artes Mecânicas; Mineralogia, Geologia e Ciências físicas; e, por último, Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas. Assim, o museu passava a ter várias divisões em que predominavam coleções de peças de origem brasileira. Mas, também abarcava coleções cujo sentido maior era produzir uma narrativa da história das nações do mundo, integradas à seção que mais interessa a este trabalho: a Seção de Numismática, Artes liberais, Arqueologia e Usos e Costumes



das Nações Modernas (quarta seção). Foi este segmento do museu que incorporou as coleções de antiguidades, incluindo as egípcias.

A presença das coleções de Usos e Costumes das Nações Modernas adquiria um duplo significado nas narrativas construídas pelo museu. Por um lado, a presença deste tipo tradicional de coleção aproximava o Museu Nacional da realidade dos museus nacionais europeus, com os quais dividia as mesmas tipologias de objetos. Por outro, coleções com exemplares da cultura material de outras nações, sobretudo daquelas consideradas civilizadas, permitiam a produção de paralelos entre a realidade do Brasil e de seus povos com diversos estágios evolutivos que acreditava-se caracterizar a construção histórica das nações de outras partes do mundo.

Os Relatórios Anuais do Museu Nacional são fontes importantes para a compreensão do desenvolvimento de uma narrativa sobre a relação das antiguidades egípcias com a instituição. É importante ressaltar que essa documentação está imbuída de múltiplos significados, uma vez que “aparecem neles marcados gestos sobre as coleções: preparar, classificar, dispor”. Para além disso, “neles há ensaiada uma retórica, que muitas das vezes prioriza elencar os problemas da instituição”, prevalecendo ali “um discurso mais endereçado ao ‘vir a ser’, a um museu sonhado”, que ao museu real (SEGANTINI, 2015, p. 141). Isto se torna mais evidente quando considerado que os relatórios eram dirigidos a um leitor com capacidade de influenciar na gestão do orçamento da entidade: o Secretário dos Negócios do Império, ao qual a instituição estava vinculada.

Inicialmente, a Seção de Numismática, Artes Liberais, Arqueologia e Usos e Costumes das Nações Modernas do Museu Nacional teve diretores provisórios que faziam parte das outras seções do museu. Já em 9 de agosto de 1842 (SEGANTINI, 2015, p. 151), Manuel de Araújo Porto Alegre foi nomeado como responsável pela seção e grande parte dos relatórios referentes a ela seriam de sua autoria. A



formação e o percurso de vida^{iv} desse indivíduo podem ter interferido no modo com que ele reorganizou a quarta seção.

No ano seguinte, 1843, a situação da quarta seção, que era precária, piorou. O teto de suas salas ameaçava desabar sobre o acervo, e houve a necessidade de deslocar as peças para outras partes do museu. Segundo Porto Alegre, os objetos encontravam-se, então, “amontoados em armários e gavetas sem a ordem conveniente”, o que impossibilitaria que os visitantes tivessem uma boa fruição da coleção. Essa desordem do museu prejudicaria não apenas a quarta seção, mas todas as outras, uma vez que não pode se manter a organização almejada para o acervo. Porto Alegre ressaltava a “necessidade da conclusão da obra” de reparo do museu, “que salvará tão preciosos e importantíssimos para os estudos históricos, não só dos outros povos, como particularmente do Brasil, desde os aborígenes até a invasão do homem civilizado e seus progressos” (MUSEU NACIONAL, 1844, fl. 75 v.). A argumentação de Porto Alegre demonstrava que era esperado que as salas da quarta seção integrassem um certo projeto civilizatório, atuando como local de instrução sobre as diferentes produções humanas e os diversos tempos históricos.

Em 1844, foi realizado um novo inventário da coleção, bastante diferente do primeiro. Tudo indica que, desta vez, a coleção egípcia foi descrita em sua totalidade, sendo arrolados duzentos e setenta e um objetos. Analisando o documento, pode-se inferir que houve uma preocupação com a forma com que ele foi organizado. Primeiramente, começou-se a listar os sarcófagos e suas respectivas múmias humanas e animais. Logo, foram os amuletos e pequenas estatuetas, as esculturas, os ídolos, vasos canopos, as ânforas, as estelas, máscaras, telas egípcias e, por fim, uma lata com papiros. Além das antiguidades egípcias, figuravam no documento antiguidades gregas, romanas, mexicanas e as brasileiras. Agora, o Brasil passava a incluir vestígios seculares das culturas indígenas^v nas coleções do museu, transformando-os em vestígios do povo mais remoto que habitou a nação.



Diferente das coleções egípcias dos museus europeus, a do Museu Nacional não possuía peças monumentais como os conjuntos escultóricos do Museu do Louvre, do Museu Britânico e do Museu de Turim. Porém, para uma nação distante dos grandes circuitos culturais, ela dispunha de um conjunto de boa qualidade e que representava bem a civilização egípcia. Não obstante, Manoel Araújo Porto Alegre finalizou o inventário da quarta seção fazendo elogios a ela. Para ele, “as antiguidades egípcias, tão raras nos principais museus não só pela dificuldade de aquisição, como pela incerteza da sua legitimidade, constituem entre nós um Gabinete de valor muito considerável, podendo alguns deles figurar com vantagem nos mais ricos Museus da Europa” (MUSEU NACIONAL, 1844, fl. 59 v.). Em sua visão, a coleção dava à instituição o brilhantismo que ela precisava apresentar aos visitantes estrangeiros, demonstrando que o Império estava a par das mais recentes tendências colecionistas europeias. Ele exprimiu, ainda, as complexidades de se obter objetos como aqueles, fosse pela quase ausência de um mercado de antiguidades no Novo Mundo, fosse pela rara autenticidade das obras, posto que, no século XIX, as falsificações de antiguidades egípcias^{vi} ganharam forte presença nos antiquários.

Finalmente, no ano de 1847, Manuel Araújo Porto Alegre pode reorganizar a quarta seção, ao seu gosto. Parte do acervo, que estava disperso nas outras seções do museu, pode ser realocado em salas recém reformadas. Também chegaram novas ofertas de obras de arte, medalhas e moedas para esta seção que, segundo Porto Alegre, contribuía para “o seu brilho e interesse histórico” (MUSEU NACIONAL, 1844, fl. 59).

A quarta seção ganhava novos ares “segundo o bom gosto das nações europeias”. Porto Alegre a organizou de modo que “todas estátuas que se achavam na oficina particular do Diretor da Seção, os quadros representando usos e costumes asiáticos, outros de riquíssimo valor em mosaico e pedra dura de Florença” fossem expostos para a melhor fruição dos visitantes. O mesmo se deu com as “vestes dos Índigenas brasileiros das outras regiões, ficando estas colocadas em formas de



troféus e com um arranjo artístico, mais conveniente e harmônico para a sua exposição ao público” (MUSEU NACIONAL, 1844, fl. 59)^{vii}. Para aquele momento do século XIX, era necessário que um museu assumisse a forma de um teatro do conhecimento, no qual o acervo deveria ser exibido de maneira a impressionar os espectadores. Era comum pensar no “ato de colecionar como uma forma de espetacularizar” (LINHARES, 2017, p. 21). Por isso, buscava-se criar narrativas visuais que fizessem uma contraposição à simetria estética entre obras de artes e artefatos de povos ditos “incivilizados”.

O mesmo processo de espetacularização aconteceu com parte da coleção egípcia. A falta de espaço no Museu Nacional era uma constante preocupação, e o único recurso era utilizar todo canto aproveitável da instituição para exibir peças. Porto Alegre descreveu que “a escada nova foi ornada com as estelas egípcias, ou cipós funéreos que estavam nos armazéns de depósito há muitos anos, e onde se acha ainda um sarcófago com uma Múmia egípcia por não haver local” (MUSEU NACIONAL, 1847, fl. 144 v.). Além de ser uma forma que permitia a exposição do acervo, exibir as estelas nas escadas garantia uma narrativa visual que impressionava pela grande quantidade desse tipo de objeto usada, e pela facilidade de visualização. A passagem do texto de Porto Alegre também indica que a coleção, nos seus primeiros anos, não foi exposta em sua totalidade. Muitas peças estavam guardadas, esperando a criação de novas salas para serem mostradas. Por estar guardado, é provável que, no primeiro inventário do museu (1838), o conjunto de antiguidades egípcias não chegasse a ser detalhado em sua totalidade.

Em 1848, a coleção egípcia recebeu a primeira doação de itens, após a compra do lote principal de Nicolau Fiengo. Porto Alegre descreveu, no relatório da quarta seção, que naquele ano não conseguiu muitas ofertas. Em contrapartida, no ano anterior, “não deixou de receber valiosos presentes” que se destacavam pelo grande apreço que geravam. Segundo ele, “para a coleção arqueológica, ofereceu o Senhor José Francisco Guimarães um fragmento de tela egípcia, representando uma figura, e o Senhor Francisco Marques um fragmento de mosaico pompeiano”.



Em termos científicos, a “tela egípcia” era um fragmento de cartonagem^{viii} de uma múmia da era ptolomaica (KITCHEN, 1990, p. 180). Talvez por se assimilar a uma tela para pintura, ela teria sido designada por esse termo. É interessante perceber a forma como o item foi tratado em outra fonte do século XIX. Em 19 de julho de 1849, o mesmo relatório foi publicado no Diário do Rio de Janeiro, mas com alterações que o tornavam bem diferente da documentação manuscrita. Na publicação, o mesmo donativo foi descrito como “um hieróglifo achado pelo Dr. Agostini na grande pirâmide de Quéops, no Egito, oferecido ao museu pelo Sr. José Francisco Guimarães” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1849, p. 2), destacando-se, desta vez, a notabilidade do artigo milenar.

Nada daria maior prestígio para o Museu do que ter um objeto achado na pirâmide do faraó Quéops, a única sobrevivente das Sete Maravilhas do mundo antigo. Entretanto, quem vendeu ou deu essa cartonagem para José Francisco Guimarães acrescentou valores a ela que não condizem com a realidade. A pirâmide já havia sido examinada por diversos exploradores e curiosos, ao longo dos séculos. Assim, já não restava, ali, vestígio algum dos tesouros que a construção chegou a guardar. O objeto, além disso, era do período Ptolomaico, posterior à época da construção da pirâmide e do sepultamento do seu governante. É provável que José Francisco Guimarães tenha adquirido a peça em suas viagens pela Europa. De fato, meses antes, ele tinha acabado de regressar da França^{ix}, local em que estudava “os melhoramentos e cômodos que incessantemente se proporcionam aos habitantes das cidades grandes e populosas” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1849, p. 2).

Quanto ao Dr. Agostini, até o momento não se sabe quem foi, posto que seu sobrenome, de origem italiana, era comum. Pode-se inferir, contudo, que ele provavelmente viveu em algum lugar da Península Itálica, tendo ido ao Egito nas viagens turísticas que começaram a acontecer nesse período. Ali, quem sabe, algum vendedor local de antiguidades pudesse ter imbuído valores às peças que não condiziam com a veracidade dos fatos.



Aos poucos, a quarta seção foi se consolidando como um lugar em que os mundos das Artes, da Arqueologia, da Numismática e dos Costumes dos Povos podiam ser conferidos, apreciados e estudados. Em 1856, sob o intermédio de Manuel Araújo Porto Alegre, esse espaço do museu recebeu, da imperatriz Teresa Cristina, um grande lote de antiguidades, denominadas pompeianas^x. Essa foi a segunda mais importante doação de antiguidades que a instituição recebeu, no século XIX. E ela só foi possível graças ao pedido que Porto Alegre fizera para a imperatriz, no intuito de “obter, do Museu Bourbonico de Nápoles, alguns objetos de antiguidades extraídas das Cidades subterradas pelo Vesúvio, no ano de 79 da era Cristã” (MUSEU NACIONAL, 1856, fl. 33).

Atualmente, por meio de novos estudos, sabe-se que a origem dos objetos não se restringe apenas às áreas de Pompeia, havendo também peças provenientes de Herculano, Nápoles e Veios; sendo que a imperatriz Teresa Cristina financiava escavações arqueológicas, nas duas últimas áreas. A denominação “pompeiano” ou “de Pompéia” dava notabilidade aos objetos, uma vez que, desde o século XVIII, havia surgido um frenesi por peças provenientes das cidades soterradas pelo Vesúvio (TRONCHIN, s/d). Por isso, a qualificação muitas vezes não condiz com a real origem do artefato, que pode ser de outras épocas, como do período etrusco ou romano.

A quarta seção refletia o pensamento organizacional de Manoel Araújo Porto Alegre. Desde o momento em que ele virou seu diretor, as coleções foram reordenadas conforme suas ideias, possivelmente projetando nas salas os seus entendimentos sobre o ideal expositivo que aquele lugar deveria seguir. É provável que os referenciais almejados se baseassem nas experiências expositivas que Porto Alegre teve, na Europa. Seus modelos idealizados de ordenação e exposição de acervos poderiam ser influenciados pelas práticas expositivas que vira nos Museus do Louvre, do Vaticano e Britânico. No relatório anual de 1847, Porto Alegre descrevia as dificuldades visuais que a quarta seção sofria:

O partido que se pôde tirar da posição arquitetônica da Sala foi aproveitado para a colocação das estátuas



de Napoleão, Portugal e Brasil, **mau grado a péssima luz que oferece o edifício, pois não foi construído para Museu;** e nem mesmo na parte nova se procurou este meio tão eficaz e profícuo para realçar todos os objetos, que aí se deviam colocar. Com os escassos meios que o Governo fornece ao estabelecimento, pouco se pode fazer em uma Seção, onde o local é impróprio entre tantas e tão belas produções (MUSEU NACIONAL, 1847, fl. 144-145).

Como o prédio que abrigava a instituição não foi construído para ser um museu, ele sofreu adaptações que poderiam servir para a exposição de outros acervos que não dependessem de um jogo de luzes bem feito. A quarta seção era composta por objetos da produção humana, que incluía de vestígios arqueológicos até produções contemporâneas daquele período, como pinturas e esculturas – peças que precisavam de boa luminosidade para a fruição adequada. Além de não contar com pé direito alto e com salas abertas e espaçosas, o museu não possuía claraboias que pudessem facilitar a entrada de luz indireta, necessária à boa visualização das obras, como ocorria nos museus europeus. Foi nestes espaços que as coleções do Museu Nacional foram dispostas com simetria, principalmente no que se referiam aos objetos artísticos.

Para além de ressaltar a questão da visualidade e da disposição dos objetos, fica clara, nesse trecho, a preocupação de Porto Alegre em criar narrativas simbólicas para o Museu Nacional. Três esculturas – Napoleão, Portugal e Brasil –, que separadas diriam mais sobre quem as fez, foram dispostas juntas, produzindo uma narrativa sobre o processo histórico da formação do Brasil, a ser inferida pelos visitantes. Napoleão Bonaparte foi o responsável pela fuga da família real para o Novo Mundo – esta, representada por Portugal –, o que resultou na emancipação do Brasil. Desse modo, as esculturas produziram conexões entre outros objetos dessa seção, como os artefatos indígenas. Objetos que foram colecionados pela instituição com o fim de representar o passado e a antiguidade da nação, com a produção material dos habitantes originários.



Todas essas evidências demonstram que Manuel Araújo Porto Alegre tinha a consciência da importância da coleção egípcia para o Museu Nacional e para a nação. À instituição, ela dava ares de civilização, além de acompanhar os modismos colecionistas dos países europeus. Nos inventários da quarta seção, o arrolamento dos objetos começava com a coleção egípcia, reforçando a sua relevância e prioridade na descrição.

Em 1859, Porto Alegre deixou o cargo de diretor da quarta seção do Museu Nacional. As suas múltiplas atividades, como chefe da Academia de Belas Artes e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e seu relacionamento próximo com a Casa Imperial, ocasionaram a sua distinção na sociedade. Em 1857, ele foi nomeado diplomata do Brasil, representando o país na Prússia, em Berlim, Dresden e Lisboa. Mesmo com o novo emprego, Porto Alegre não deixou de contribuir com o enriquecimento da quarta seção, enviando lotes de medalhas e moedas^{xi}.

Aos poucos, a coleção egípcia foi ‘esquecida’ por seus gerentes temporários. São quase inexistentes suas menções nos Relatórios Anuais, após a saída de Manoel Araújo Porto Alegre da sua direção. No período glorioso do Museu Nacional, sob a gestão do diretor Ladislau Netto (1876 a 1893)^{xii}, a instituição ganhou outros rumos na investigação e a Etnografia passou a ser o centro das atenções^{xiii}. A quarta seção teve seu nome alterado, passando a se chamar Seção Numismática, Arqueologia, Artes Liberais e Etnografia (MUSEU NACIONAL, 1870, fl. 37). Já a denominação ‘Usos e costumes das nações Modernas’ foi atualizada, evidenciando o caráter da nascente ciência de estudo dos povos.

Porém, na reforma de 1876, Netto reorganizou a instituição e extinguiu a quarta seção. Ela passou a ter o caráter de coleção anexa. Para o diretor, esse acontecimento não era um ato de desmerecimento da coleção arqueológica, de artes e etnografia. Mas, parecia-lhe necessária a existência de um novo museu. Segundo Netto, “empenho-me, quanto em minhas forças cabe, afim de que se



opulente em raros haveres e faça-se peregrino legado do Museu Nacional ao futuro museu arqueológico ou etnográfico para o qual terá ela um dia de constituir-se primeiro cabedal” (NETTO, 1877, p. 7).

É possível pensar que havia uma necessidade de separar a quarta seção do Museu Nacional para que o país tivesse um novo espaço dedicado a seu passado mais remoto. A partir dos anos 1870, o Brasil viveu um movimento mais presente em que o IHGB e a Biblioteca Nacional estavam procurando narrar a história da nação^{xiv} através de seus acervos e estudos. Para os eruditos da época, um museu de Arqueologia e Etnografia era um lugar ideal para que se desenvolvessem pesquisas sobre a Antiguidade Brasileira e sua conexão com os outros povos. De acordo com Manuel Salgado, “partir do século XIX e pela ação destas instituições, as ‘antiguidades nacionais’ ganharam legitimidade como mecanismo para a compreensão do passado, sobretudo aquele anterior à presença das culturas clássicas ou, em certos casos, para o entendimento de sociedades que não sofreram diretamente esta presença” (GUIMARÃES, 2001. p. 3).

O Museu Nacional já possuía, nesse momento, uma grande coleção de objetos arqueológicos que abrangia os tempos mais remotos das civilizações clássicas, como a grega, romana e egípcia. Estas antiguidades representavam a conexão do museu com o Velho Mundo. De outro modo, as antiguidades americanas, representadas por Bolívia, Peru, México e Brasil, conectavam o museu ao Novo Mundo. Segundo Netto, “em valor científico, encerrada esta [quarta] seção em seus gabinetes, deu inequívoco testemunho a coleção de arqueologia brasileira que, com outras tão raras em preço quanto exíguas nos aspecto ou volume, exibiu na última Exposição Nacional” (NETTO, 1870). As coleções arqueológicas alcançavam, agora, grande importância para que a nação brasileira entendesse a evolução dos povos tidos como “primitivos”, frente aos das grandes civilizações. Porém, o projeto de um novo museu não foi concretizado e posteriormente, em 1888, foi realizado um novo regulamento da instituição. Desta feita, ela voltou a contar com quatro seções,



sendo que a de nosso interesse, foi renomeada em Antropologia, Etnologia e Arqueologia.

Conclusão

Passadas algumas décadas, com a proclamação da República, o museu foi transferido para sua nova sede^{xv}. Com a transferência, a coleção egípcia ganhou um tratamento mais adequado, sendo exposta em um espaço mais generoso. Ela também deixou de ser um mero conjunto de curiosidades disponíveis para a contemplação pública e se tornou objeto de estudos científicos. Seus itens passaram a ser pesquisados cientificamente como objetos da cultura material, representativos de uma antiga e importante civilização. Alberto Childe, primeiro egiptólogo do Brasil, que por cerca de “vinte anos [foi] o conservador do Museu Nacional”^{xvi}, foi de extrema relevância para dar visibilidade à coleção egípcia. É de sua autoria o primeiro catálogo impresso da coleção, denominado “Guia das coleções de Arqueologia Clássica do Museu Nacional”^{xvii}. Nessa publicação, Childe expunha a sua interpretação das peças. E, durante os anos em que esteve na instituição, foi ele o responsável pelos primeiros estudos da coleção, publicando outras obras.

Nos 200 anos de existência do Museu, seu corpo técnico e científico foi responsável por garantir não apenas a preservação física das peças da coleção, como também a produção de conhecimento a partir de seu estudo. Se a presença de Manoel Araújo Porto Alegre garantiu a proteção e visibilidade da coleção, durante a segunda metade do séc. XIX, Alberdo Childe impulsionou, posteriormente, a pesquisa da cultura material do Antigo Egito, no país. Já no fim do século XX, a atuação do egiptólogo Kenneth Anderson Kitchen e da arqueóloga Maria da Conceição Beltrão produziu a internacionalização da coleção, com a publicação do “Catálogo da coleção egípcia existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro”; obra que levou a pesquisa da coleção para outros países.



Porém, no século XXI, faltando seis anos para a coleção egípcia completar 200 anos no Brasil, ela foi largamente destruída em 2 de setembro de 2018 por um incêndio; é provável que as múmias humanas e os sarcófagos não tenham resistido às chamas. A devastação não se restringiu a esse arranjo apenas. Possivelmente, mais de noventa por cento de um acervo de 20 milhões de peças. Com dois séculos de existência, o Museu Nacional viu em seu bicentenário os esforços de vários diretores e funcionários arderem em chamas. Nenhum governo, tanto imperial como republicano, investiu a fundo nessa instituição, tampouco compreendia sua importância para o desenvolvimento das ciências no Brasil. Em 14 de outubro de 2018, ouviu-se a notícia de que possivelmente o governo do Egito irá emprestar algumas peças para a instituição. Estas peças não pertencerão ao Museu Nacional; tampouco vão possuir conexões tão fortes com o passado brasileiro, como a coleção que foi vendida por Nicolau Fiengo.

Bibliografia

ASTREA, Jornal. *Antiguidades na alfândega do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29/07/1826, nº 16. p. 63-64. Digitalizado, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/749700/63>> último acesso: 25/07/2016

ASTREA, Jornal. *Notícias*. Rio de Janeiro, nº37, 19 de setembro de 1826. p. 63.

BAKOS, Margaret Marchiori (org.). *Egiptomania, o Egito no Brasil*. São Paulo: Paris Editorial, 2004. 191 p.

BRANCAGLION Jr., Antônio. "From Egypt to Brazil an Egyptian collection in Rio de Janeiro". In: ELDAMATY, Mamdouh; TRAD, Mai. (orgs). *Egyptian Museum Collections around the World: studies for the Centennial of the Egyptian Museum*. Cairo. Egito. p.155-162.

BRANCAGLION Jr., Antônio. "Revelando o passado: estudos da coleção egípcia do Museu Nacional". In: LESSA, Fábio de Souza; BUSTAMANTE, Regina (orgs). *Memória & Festa. VI Congresso da SBEC, XV Ciclo de Debates em História Antiga*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 76-77.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017 (a)

_____. *Colecionar e escrever a história: a memória do Império Português legada por*



Diogo Barbosa Machado. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017 (b)

CHILDE, Alberto. *Guia das colleções de Archeologia classica, Museu Nacional do Rio de Janeiro (IVª Secção)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

O CARIOCA CONSTITUCIONAL, Que mangação!. *Astrea*, Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29/07/1826, nº 37. p. 63-64. Digitalizado, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/749700/148>

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Muzeo Nacional. Rio de Janeiro: Typographia da rua d'Ajuda, 19 de julho de 1849. disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/094170_01/33679

FIENGO, Nicolau. Resposta à Redação do *Astrea*. In: *Periódico Astrea*. Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 1826. p. 1-3. Digitalizado, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749700/3427>

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988

_____. “Para reescrever o passado como história: O IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte”. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, civilização e império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Acess Editora, 2001.

KITCHEN, Kenneth A. *Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum, Rio de Janeiro*. Liverpool University Press, 1990.

LACERDA, J.B. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1905.

LINHARES, Anna Maria Alves. *Um grego agora nú: índios marajoara e identidade nacional brasileira*. Curitiba: CRV, 2017.

MUSEU NACIONAL. *Livro dos Ofícios desde o ano de 1819 até 1842 (MN RA 01)*. Rio de Janeiro: Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ.

MUSEU NACIONAL. *Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02)*. Rio de Janeiro: Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ.

MUSEU NACIONAL. *Livro dos Ofícios desde o ano de 1855 até 1861 (MN RA 04)*. Rio de Janeiro: Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ.

MUSEU NACIONAL. *Livro dos Ofícios desde o ano de 1869 até 1875 (MN RA 06)*. Rio de Janeiro: Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ.

NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870.

SANTOS, Myriam S.. Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Soc. estado*. Brasília, v. 15, n. 2, 2000. p. 271-302.

SEGANTINI, Verona Campos. “Maneira decente e digna de expor aos olhos do público”: modos de exibição da história natural (séc. XVIII e XIX). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2015.

TRONCHIN, Francesca. The rediscovery of Pompeii and the other cities of Vesuvius. In: Khan Academy. Disponível em: <https://www.khanacademy.org/humanities/special-topics-art-history/arches-at-risk-cultural-heritage-education-series/the-role-of-archaeology/a/the-rediscovery-of-pompeii-and-the-other-cities-of-vesuvius> (último acesso: 25/10/18)

WAKELING, T. G. *Forged Egyptian Antiquities*. Coachwhip, 2006

ⁱ Desde a sua fundação, o Museu Nacional teve nomenclaturas diferentes, Museu Real (1818), Museu Nacional Imperial (1822) e por fim Museu Nacional (1889). Neste trabalho, optou-se pela versão atual.

ⁱⁱ Esse artigo é resultado da minha pesquisa de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, que pretende abordar o colecionismo de antiguidades egípcias durante o Brasil Imperial, sendo financiada pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

ⁱⁱⁱ A compra das antiguidades foi finalizada no ano de 1829, sendo registrada pelo Diário da Câmara dos Deputados, na seção de despesas extraordinárias, como “*Compra das antiguidades egípcias*”. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/749419/4745>, último acesso: 25/08/17.

^{iv} Manoel Araújo Porto Alegre, para além de pintor e professor da Academia de Belas Artes, em 1831 ele viajou para Paris a fim de se ilustrar e concluir sua aprendizagem sobre arte na Escola de Belas Artes dessa cidade. Durante o tempo em que ficou na Europa, ele aproveitou para conhecer outras cidades referências para o estudo de artes, sendo Roma uma delas, nela ele teve aulas de arqueologia com Antonio Nibby. Para além disso, ele passou algum tempo ajudando a organizar exposições no Museu do Louvre, ações que contribuiriam para ser escolhido para ocupar o cargo de diretor da quarta seção.

^v Nesse momento, essa coleção era pequena, composta apenas por 1 vaso de barro cozido, 1 sarcófago de barro e 2 fragmentos do dito, algo que mudaria nos anos seguintes, principalmente na gestão de Ladislau Netto.

^{vi} Sobre as falsificações de antiguidades egípcias, ler: WAKELING, 2006.

^{vii} Os troféus eram uma forma de disposição expográfica de objetos, própria do século XIX, na qual peças distintas eram reunidas, formado um arranjo artístico.

^{viii} A cartonagem é uma espécie de revestimento que era feito nas múmias após elas terem sido enfaixadas por linho, após a esse processo, cobria-se novamente o defunto com camadas de fibras de papiro úmido e em seguida passava-se gesso no qual eram escritas orações, e uma idealização da face da múmia.

^{ix} Sobre sua viagem para a Europa com objetivo de realizar estudos: DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Comunicado da Câmara Municipal. Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 6693, 19 de agosto de 1844. p. 4 disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/27868 ; Retorno ao Brasil na galera francesa Parana DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Entradas no porto. Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 6758,

2 de novembro de 1844. p. 4. disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/28128 ; Doação realizada por José Francisco Guimarães para o Museu Nacional: DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Museu Nacional. Rio de Janeiro, ano XXVIII, n. 8155, 19 de julho de 1849. p. 2. disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/094170_01/33679

^x Sobre a coleção pompeiana, ver o artigo de Evelyne Azevedo neste mesmo dossiê.

^{xi} “O sr. Manoel D’Araújo Porto Alegre comprou e enviou de Portugal 12 medalhas e 320 moedas de ouro, prata, cobre e ligas metálicas. Na maior parte de ouro e prata” (MUSEU NACIONAL, 1860, fl. 182).

^{xii} A data oficial do início do mandato de Ladislau Netto é 1876, porém, a partir do ano de 1870 ele se encontrava ocupando o cargo da instituição, mas como diretor interino.

^{xiii} Desse modo, em 1882 seria organizada a Exposição Antropológica, um dos principais marcos dos estudos sobre antropologia e etnologia no Brasil do século XIX.

^{xiv} Para saber mais ler: CALDEIRA, 2017a; CALDEIRA, 2017b; GUIMARÃES, 1988.

^{xv} Em 1892, a sede do Museu Nacional foi transferida para o antigo palácio do imperador D. Pedro II, na Quinta da Boa Vista.

^{xvi} Alberto Childe trabalhou no Museu Nacional como chefe de conservação as Seção de Arqueologia egípcia de 1912 a 1938.

^{xvii} O autor fez abordagens de outras coleções, a grega e romana, mas a egípcia figura-se como central.

